



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS DE ANANINDEUA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

SAMUEL TRAVASSOS MOURA

**O PIBID NA SOCIOEDUCAÇÃO: VIVÊNCIAS E REFLEXÕES NA E.E.E.F.M PROF.
ANTÔNIO CARLOS GOMES DA COSTA**

ANANINDEUA - PA

2026

**O PIBID NA SOCIOEDUCAÇÃO: VIVÊNCIAS E REFLEXÕES NA E.E.E.F.M PROF.
ANTÔNIO CARLOS GOMES DA COSTA**

Artigo científico apresentado a Faculdade de Geografia da Universidade Federal do Pará, Campus de Ananindeua, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Licenciado em Geografia.

Orientador (a): Prof. Dr. Enilson Da Silva Sousa

ANANINDEUA - PA

2026

SAMUEL TRAVASSOS MOURA

**O PIBID NA SOCIOEDUCAÇÃO: VIVÊNCIAS E REFLEXÕES NA E.E.E.F.M PROF.
ANTÔNIO CARLOS GOMES DA COSTA**

Artigo científico apresentado a Faculdade de Geografia da Universidade Federal do Pará,
Campus de Ananindeua, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Licenciado em
Geografia.

RESULTADO: _____ NOTA: _____

ANANINDEUA, _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Enilson Da Silva Sousa (FAGEO / CANAN / UFPA)
Presidente da Banca Examinadora

Prof. Dra. Franci Taíssa Nunes Barbosa (DAEST / UFPA)
Examinadora Externo

Prof. Ms. Felipe Kevin Ramos da Silva (UFPA / NAEA)
Examinador Externo

RESUMO

O presente trabalho é fruto de uma construção coletiva oportunizada pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) Interdisciplinar Ananindeua em uma escola no contexto da socioeducação na Região Metropolitana de Belém-PA. O objetivo deste trabalho é demonstrar o impacto do programa nas unidades de atendimento socioeducativo e trazer reflexões dos resultados e vivências obtidas durante o período de realização do Programa. O percurso metodológico baseou-se em três momentos. Inicialmente, buscou-se um referencial teórico sobre o cenário da socioeducação no país e seus desafios e complexidades nas esferas política e socioeconômica. No segundo momento foi realizado reuniões com professores coordenadores do programa e supervisores para planejamento, e por fim, visitas rotineiras nas unidades de atendimento socioeducativo para acompanhamento de atividades docentes e intervenções pedagógicas interdisciplinares e dialógicas entre PIBIDianos, corpo docente e jovens socioeducandos. Por último, o artigo ressalta a importância do PIBID Interdisciplinar Ananindeua em unidades socioeducativas como vetor de mudança social, por meio da aproximação da academia e unidades socioeducativas, desenvolveu-se um trabalho coletivo emancipatório que protagonizou dar voz aos jovens socioeducandos e PIBIDianos.

Palavras-chave: Socioeducação; PIBID; Justiça Social.

ABSTRACT

This paper is the result of a collective construction made possible by The Institutional Teaching Initiation Scholarship Program (PIBID) Interdisciplinary Ananindeua in a school within the socio-educational context in the metropolitan region of Belém-pa. the objective of this study is to demonstrate the impact of the program on socio-educational service units and to present reflections on the results and experiences obtained during the implementation period of the program. the methodological approach was based on three stages. initially, a theoretical framework was sought on the socio-education scenario in the country, along with its challenges and complexities in the political and socioeconomic spheres. the second stage involved meetings with program coordinators and supervisors for planning. lastly, routine visits were conducted to socio-educational service units to monitor teaching activities and promote interdisciplinary and dialogical pedagogical interventions between PIBID participants, faculty, and socio-educational youth. finally, the article highlights the importance of PIBID Interdisciplinary Ananindeua in socio-educational units as a driver of social change. through the connection between academia and socio-educational institutions, an emancipatory collective effort was developed, giving voice to both socio-educational youth and PIBID participants.

Keywords: Socio-education; PIBID; Social Justice.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CANAN – Campus Universitário de Ananindeua

CF – Constituição Federal de 1988

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EEEFM – Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio

FASEPA – Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará

PIBID – Programa Institucional de Bolsas à Docência

SEDUC – Secretária de Educação do Pará

UASE – Unidades de Atendimento Socioeducativo

UFPA – Universidade Federal do Pará

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado das experiências vivenciadas no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) Interdisciplinar Ananindeua, em uma escola destinada ao atendimento socioeducativo, a EEEFM Prof. Antônio Carlos Gomes da Costa, a qual é uma parceria entre a Fundação de Atendimento Socioeducativo do Estado do Pará (FASEPA) e a Secretaria de Educação do Estado do Pará (SEDUC-PA). O PIBID Interdisciplinar Ananindeua é um projeto que une estudantes e professores coordenadores oriundos dos cursos de história, geografia e pedagogia do *Campus* Universitário de Ananindeua da Universidade Federal do Pará (CANAN/UFPA) em colaboração com professores supervisores advindos das escolas escolhidas pelo projeto para atuarem de forma coletiva nas escolas, priorizando a interdisciplinaridade desde o planejamento a atuação nos espaços escolares.

A interdisciplinaridade tem por finalidade o aprimoramento da atividade de docência para os estudantes dos cursos de licenciatura, que tem por objetivo atender à educação básica, buscando uma formação plural para o ambiente escolar, por meio da inserção no “chão da escola”, desenvolvendo dinâmicas pedagógicas. Ademais, o PIBID busca fornecer produtos, sejam eles de caráter infraestrutural, artísticos, lúdicos-esportivos ou bibliográficos. O PIBID nesse sentido se torna de grande importância, pois as experiências provenientes da academia, unidas às dos professores supervisores, munidos de suas longas bagagens em sala de aula, tornam o período de realização do programa muito proveitosa tanto para os alunos bolsistas quanto para os professores supervisores e unidade escolar (Santos *et al.*, 2020).

O impacto dessa aproximação entre a universidade e a educação básica reflete não somente na consolidação da formação docente com excelência, mas também na formação continuada do corpo docente, que amplia seus conhecimentos pedagógicos e abre novos

horizontes para o futuro (Ambrosetti *et al.*, 2013; Bartochak *et al.*, 2023; Deimling; Reali, 2020).

O PIBID em uma escola no contexto da socioeducação é uma iniciativa recente que enfrenta inúmeros desafios e preconceitos, tornando sua implementação um avanço na democratização do ensino e na promoção da justiça social., pois se compreende aqui que todo processo de transformação social se inicia pela educação, a qual compreende todos os processos de formação humana que envolvem os mecanismos do ensino e da aprendizagem (Caliman, 2010), e compreendemos a importância da educação como agente modelador do cidadão, além de ser um direito assegurado pela Constituição Federal de 1988 (CF) no seu Art. 205 (Brasil, 1988).

Porém, mesmo amparados constitucionalmente, esses adolescentes não vivem essa realidade de um ensino de qualidade no início de sua vida escolar para que possam desempenhar uma vida digna, por motivos socioeconômicos, políticos e de vulnerabilidade social, que acometem jovens e adolescentes no Brasil e América Latina, precocemente expostos à violência e à criminalidade (Abramovay *et al.*, 2002).

Esses jovens e adolescentes encontram minimamente um ensino de qualidade quando têm sua liberdade privada pelo Estado na socioeducação, após cometerem atos infracionais, um dilema de ineficiência de um sistema que não produz políticas públicas eficientes aos seus e que de certa maneira projetasse nesses jovens e adolescentes um futuro diferente, onde as oportunidades fossem além da vida criminosa e da pedagogia do punitivismo (Rosa, 2008).

Em razão das disputas de forças desiguais no campo da socioeducação, entre punitivismo e justiça social, a categoria analítica geográfica de território foi priorizada para acompanhar essa trajetória vivenciada nas unidades, aprendendo com os jovens e adolescentes que buscam serem ouvidos, e escutar deles suas vontades, paixões, forças e fraquezas, moldando as relações nas unidades pelo diálogo. Portanto, o objetivo deste trabalho é

demonstrar o impacto da realização do programa em unidades de atendimento socioeducativo, juntamente de reforçar o potencial da realização do PIBID na socioeducação enquanto vetor de mudança social.

REVISÃO DE LITERATURA

Breve panorama da socioeducação no Brasil

A Socioeducação emerge no Brasil com a Constituição Federal de 1988 e com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que inauguram um marco histórico para proteção e garantia dos direitos destes grupos que anteriormente ao ECA eram constantemente sujeitos à exclusão e marginalização na sociedade, e até penalizados criminalmente. Silva *et al.* (2023) remontam o percurso sócio-histórico de marginalização e negação dos direitos da criança e dos adolescentes até a fundação do ECA na década de 90

O ECA, enquanto marco sócio-histórico, pontua o princípio de mudanças essenciais para a proteção social integral de crianças e adolescentes. No decorrer da história, as situações de violação de direitos e de violência marcaram o percurso do ser criança e adolescente no Brasil. No entanto, ainda persistem as situações de negação de direitos e violência contra estes dois grupos populacionais, envolvendo as questões sociais, culturais, estruturais e a não aplicação efetiva das políticas públicas direcionadas para o cuidado com os públicos citados (Silva *et al.*, 2023, p. 47).

Com a criação do ECA, o debate público avança da culpabilização dos sujeitos para a corresponsabilidade conjunta da sociedade, família e Estado, as medidas socioeducativas previstas no ECA visam à reinserção dos jovens na sociedade, com a educação prestada nas unidades de atendimento socioeducativo fornecendo bases para a tríade: Ressocializar, reeducar e profissionalizar, fundamentais para reintegração e conquista da autonomia e emancipação dos socioeducandos.

Apesar dos avanços do debate público acerca dos direitos das crianças e adolescentes com o ECA, o estudo de Santos *et al.* (2020) constata os inúmeros desafios da socioeducação

no Brasil. O desenvolvimento da socioeducação, como política pública vista como caminho ou brecha para educação e justiça social em um país marcando por profundas mazelas sociais, também é entendida sob o jugo do Estado neoliberal como um “purgatório” de vidas matáveis de jovens periféricos marginalizados de todo o País.

O conceito “Socioeducação” embora tenha sido evocado a partir da noção de educação social, foi preenchido por aquilo que Malaguti Batista (2008) caracterizou como ilusões “re”: reeducação, ressocialização, reintegração. Desta feita, tendo em vista o caminho teórico que percorremos até aqui, podemos inferir que a função político-social da “Socioeducação” se desdobra em duas (sub) funções, que se complementam: 1) a função mistificadora da (re) educação (e demais ilusões “re”); 2) a função – concreta, mas implícita – de contenção e gestão das vidas matáveis. Lançar luz sobre a mistificação presente no conceito “Socioeducação” é o primeiro passo para que possamos pensar em estratégias cotidianas de enfrentamento e produção de resistências nos espaços sócio-ocupacionais onde esta política pública é executada. Produção de vida em territórios já mortificados, os purgatórios das vidas matáveis ou “mundos de morte” (Santos, 2020, p. 199).

Portanto, é mister um olhar mais cuidadoso para como está ocorrendo os processos educativos nas unidades de atendimento, para a construção de uma verdadeira educação social e não um simples aprisionamento e morte anunciada.

Quinelatto *et al.* (2024) evidencia a urgência na socioeducação para a construção de um currículo que deixe de silenciar os saberes tradicionais, afrodescendentes e indígenas, que a base curricular, além dos conhecimentos hegemônicos, abra espaço para a justiça, para discutir as injustiças e discriminações raciais e de gênero, além das desigualdades de oportunidades. Outrossim, Conceição *et al.* (2020) ressalta a importância do reconhecimento da colaboração dos socioeducandos nas práticas institucionais para uma efetiva educação dialógica, visando o empoderamento dos socioeducandos e interromper os ciclos de silêncio e violência.

Juventude e território

Entendemos a categoria de território podendo ser caracterizado como um espaço construído e construtor de relações de poder, possuidor de múltiplas temporalidades e

territorialidades (Haesbaert, 2023). Para Raffestin (1993), é pelo estudo relacional dos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (T-D-R) que somos capazes de examinar as estruturas e relações de poder. Para Santos (2011), o território é onde a história homem se materializa e nela há todas as manifestações da sua existência. No caso amazônico, as territorialidades imbricam múltiplas trajetórias espaciais e temporais, tendo como corolário, também na socioeducação, os discentes como um palimpsesto das Amazônia brasileiras (Gonçalves, 2001; Soares, 2015).

O estudo de Prado *et al.* (2019) realiza um levantamento de literatura acerca da correlação entre a juventude, criminalidade e territorialidade, a pesquisa revela que surpreendentemente, são raríssimos os estudos que analisam o território para compreensão do contexto em que levam os jovens aos atos infracionais, em vez do uso do conceito de território, revelador do processo histórico e das relações de poder, fundamentais para compreensão e análise do atual cenário de vulnerabilidades, segregação e violência na sociedade brasileira, os estudos não levam em consideração as dinâmicas territoriais, pecando em penalizar a juventude por falhas individuais e familiares.

Em relação a questão do território, o conjunto de trabalhos que compuseram a revisão não considerou, em sua maioria, o território como aspecto relevante dentro da temática, desse modo, evidencia-se que alguns trabalhos da revisão da literatura desconsideram os contextos nos quais jovens envolvidos com o crime estão inseridos e apontam para aspectos individuais que justificam tal envolvimento. Essa visão contribui para a patologização destes jovens e fomenta ações individuais de repressão e punição, ao invés da construção coletiva de alternativas implicadas ética e politicamente com a transformação social. Acreditamos que seja fundamental, a realização de pesquisas com jovens que não tenham conflito com a lei, e, ainda assim, possam relatar os movimentos de aproximação com o crime e os sentidos produzidos nessas aproximações. É necessário pesquisar o e no território, para então compreendermos as vozes dos sujeitos e as singularidades vividas. (Prado *et al.*, 2019, p. 460).

Dessa maneira, a reflexão sobre as dinâmicas territoriais, revela as diversas conjunturas sociais que levam os jovens a situação de infratores, o olhar geográfico partindo do território no cotidiano da socioeducação revela-se capaz de aproximar-se do socioeducando entendendo

sua situação, e pronto para junto dos socioeducandos construir um processo dialógico de empoderamento e de emancipação.

PERCURSO METODOLÓGICO

As discussões e reflexões presentes neste trabalho são frutos de uma construção coletiva advinda de alunos bolsistas e professores coordenadores da subárea de geografia do PIBID Interdisciplinar Ananindeua (CANAN/UFPA), juntamente com professores supervisores da escola e adolescentes socioeducandos. A escola E.E.E.F.M Prof. Antônio Carlos Gomes da Costa é localizada no município de Ananindeua, na região metropolitana de Belém-PA, a qual conta com três Unidades de Atendimento Socioeducativo (UASE's). Ananindeua é um município precário e desigual no qual grassa a reprodução de uma desigualdade socioespacial (Borges *et al.*, 2022), na região metropolitana brasileira mais desigual e favelada (Gusmão; Soares, 2018).

Mormente, foi realizado uma revisão de literatura acerca do contexto das lutas pelo avanço das políticas em prol dos direitos humanos, o cenário atual da socioeducação e os percursos das políticas de direitos humanos até a criação do ECA e sua importância, além disso, buscou-se uma aproximação entre os conceitos trabalhados na graduação em geografia para contribuir para análise dos problemas sociais. Nesse interim, fez-se uso de instrumentos pedagógicos cartográficos, na perspectiva de uma cartografia participativa (Sombra *et al.*, 2022), com aplicação de cartografia temática voltada ao ensino de geografia (Castro *et al.*, 2015).

Após o levantamento teórico, realizaram-se palestras com profissionais da área da socioeducação e reuniões frequentes com a coordenação do programa e professores supervisores das unidades de atendimento socioeducativo para planejar a atuação na escola. Por fim, foram organizadas visitas frequentes às unidades de atendimento durante o período de

realização do programa, possibilitando o acompanhamento das atividades docentes e a efetivação da troca dialógica com os socioeducandos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A introdução na medida socioeducativa no início se assemelha a um “mistério”. Os profissionais que realizaram a inserção dos estagiários sabiam disso, no sentido de não ter a vivência efetiva no espaço, portanto era inegável que haveria uma visão apriorística de que a escola seria um ambiente hostil, a ideia de que o espaço era uma prisão.

Não obstante, com a realização de palestras com uma série de pessoas que estavam envolvidas na socioeducação (Figura 1), onde os Pibidianos puderam ouvir as experiências de professores, conselheiros tutelares, magistrados, pedagogos e psicólogos, que explicaram como funciona esse aparato estatal para lidar com adolescentes em conflito com a lei, essas conversas serviram para desmistificar todo esse imaginário.

Figura 1 – Encontro de profissionais da socioeducação e bolsistas PIBID.



Fonte: Autores, 2023.

O ambiente é de fato um lugar controlado, onde os alunos não têm a mesma liberdade que um aluno em um espaço escolar convencional teria. Os professores que acompanharam os pibidianos explicaram como é a dinâmica de trabalho na socioeducação e os desafios enfrentados para oferecer um ensino de qualidade a crianças e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Foi enfatizado que se tratava de uma escola acima de tudo e que a

nossa função primordial é trazer esse aluno para imersão no seu aprendizado o instigando a querer aprender, o que é um grande desafio que vivenciamos durante o período de estágio.

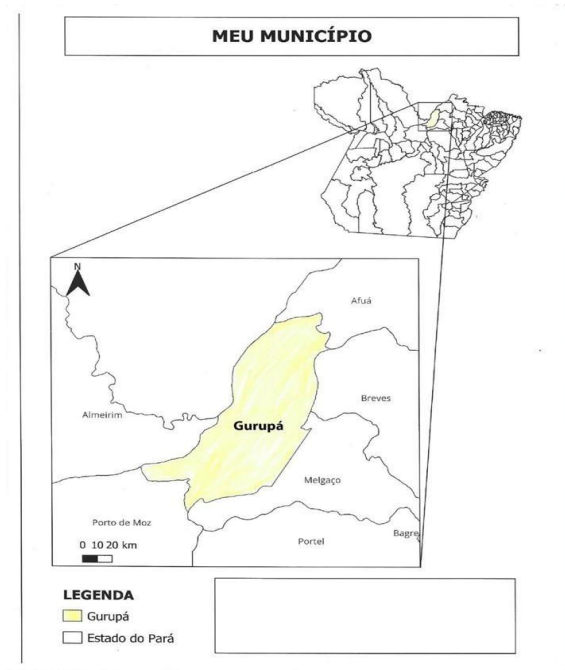
A rotina na escola era acompanhada por professores de história e geografia, na qual os Pibidianos passaram a acompanhar o cotidiano das atividades docentes nas salas de aula e extraclasse, fomos apresentados para os alunos como estagiários e que éramos discentes de licenciatura em geografia na UFPA. A convivência com os alunos despertou neles a curiosidade sobre os estagiários. De início, os pibidianos não imaginavam que eles teriam essa curiosidade. Após isso, os pibidianos relataram sua trajetória até ali, e puderam interagir contando as diferentes vivências, histórias e todas as dificuldades para se chegar ao “chão” da academia. Dessa maneira, eles sentiram-se mais confortáveis em compartilhar um pouco de suas vidas e de suas perspectivas, seus relatos são de muito sofrimento e abandono no seio familiar, os alunos que acompanhamos eram todos do interior do Estado do Pará, mas conseguimos extrair coisas muito marcantes deles.

Um relato que marcou profundamente os pibidianos foi ouvir que eles se identificavam com um dos graduandos, em virtude da origem deste ser a de um garoto de periferia negro, e que se ele conseguia estudar e ser um futuro professor, o socioeducando se perguntou: por que eles também não seriam capazes de conseguir? Ouvir deles que as suas perspectivas de vida perpetuavam o ciclo de violência, que estavam confinados ali momentaneamente, e assim que completassem a maior idade penal certamente vislumbravam o futuro sendo a morte ou presídios.

Com base na perspectiva dialógica freiriana e na pedagogia da presença de Costa (2001), sob a supervisão dos docentes da instituição, os pibidianos desenvolveram oficinas de cartografia colaborativa com os socioeducandos. Assim, o ramo da cartografia (Figura 2) foi utilizado para desenvolver a dinâmica da oficina, onde podemos observar no desenvolvimento

dos diversos mapas colaborativos a expressão das múltiplas e transterritorialidades de cada socioeducando nas UASES.

Figura 2 – Exemplo de Mapa colaborativo representando o município de um socioeducando.



Fonte: Autores, 2023.

Para construir este trabalho, os pibidianos tiveram que desenvolver uma forma de conexão com esses estudantes, porque o tempo que tinham disponível com os jovens era, geralmente, dentro do horário das disciplinas obrigatórias do currículo escolar. A sala de aula era composta pelo professor e três alunos, durante o período de convivência os horários das intervenções, as quais ocorriam normalmente com o professor de história da UASE 2.

A forma encontrada para estabelecer um vínculo com esses socioeducandos era por meio do aproveitamento dos assuntos abordados em sala para a discussão interdisciplinar, a exemplo de assuntos como a escravidão no Brasil, intolerância religiosa e aspectos socioeconômicos da desigualdade social brasileira. E, a partir destes diálogos com os alunos, era instigado uma visão crítica das realidades locais (Figura 3).

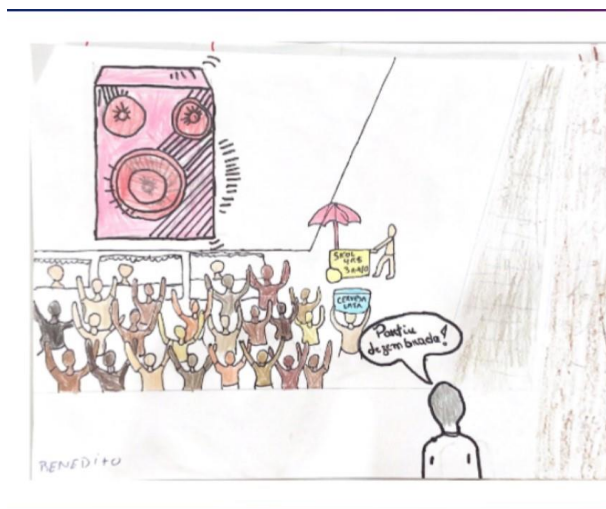
Figura 3- Reunião com socioeducandos



Fonte: Autores, 2023.

Vale ressaltar que a maioria dos socioeducandos aos quais os pibidianos tiveram acesso possuíam origem humilde. Alguns são da região metropolitana de Belém e outros do interior do Estado. Na construção desses mapas, foi perceptível que alguns socioeducandos não sabiam os municípios de onde eles eram oriundos, apenas sabiam o nome da comunidade onde residiam. Tal fato foi uma surpresa para os pibidianos, pois, por mais que não tenha sido novidade saber das limitações oriundas da precariedade do contexto socioeconômico do qual são originados, essa realidade é mais comum do que se pode imaginar. figura 4 irá expor um pouco da realidade cultural no município de Gurupá-PA, interior do estado.

Figura 4- Desenho feito por socioeducando sobre festividade na sua cidade



Fonte: Autores, 2023.

A figura 4 retrata um evento que acontece no município de Gurupá-PA, durante o mês de dezembro, segundo relato do aluno que desenhou a figura, o evento se chama “Dezembrada” e esse evento reúne todos do município durante três dias, um momento de grande significado e alegria, onde a sua infância permanece viva em seus pensamentos. Podemos ir além com mais relatos de mais adolescentes, como é o caso da figura 5. Ouvir esses relatos ressignificam a relação entre professor e aluno, pois estar em um ambiente atípico da socioeducação não propicia tal aproximação, entretanto buscar formas de trazer o aluno e instigá-los em prol da educação e uma ressocialização pode significar uma vida ganha no sentido de mostrar que eles têm a chance remodelar sua vida, se libertando desse viés punitivo que não oportuniza outras opções.

Figura 5- Desenho feito por socioeducando sobre a moradia de sua cidade



Fonte: Autores, 2023.

Acompanhando a rotina dos socioeducandos, os pibidianos observaram que na UASE 2, os jovens em sua grande maioria são oriundos do interior do Estado do Pará, de vilas pesqueiras, extrativistas e agrícolas longínquas e com um modo de vida e territorialidades próprias aos vilarejos. Tal situação geográfica tornava a situação dos jovens interioranos mais

difíceis, em razão de, além de terem de conviver longe da família, são impostos a um novo modo de vida e territorialidades, com os tempos e culturas alimentares diferentes e muitas vezes conflitantes à de seus lares, imperando a lógica do tempo do capital (Brandão, 1984).

A rotina era desafiadora porque essas questões refletiam de forma direta na concentração e no aprendizado, havia dias que o aluno se recusava a ir para sala de aula, vale ressaltar que bem diferente do que o a habitual de uma sala de aula como uma quantidade de 30 a 40 alunos, as salas de aula da medida socioeducativa eram compostas por no máximo quatro alunos, mesmo com um número reduzido a complexidades eram as mesmas do modelo convencional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho reitera o poder de transformação da socioeducação como política eficiente para a justiça social, juntamente da importância do programa PIBID interdisciplinar/Ananindeua realizado em uma escola de socioeducação, revelando-se paradigmático como uma nova ferramenta para contribuição da academia para sociedade, por meio da aproximação dos estudantes nas unidades de atendimento socioeducativo, para junto dos professores e por meio do trabalho coletivo nas unidades, desvendar as “máscaras sociais” (Moreira, 1982), que em tempos de políticas de neoliberalismo (Shiroma *et al.*, 2000; Sombra, 2015), depauperam os objetivos da socioeducação, promotora de justiça social, para um purgatório de sonhos, vidas e famílias.

Por meio do PIBID os estudantes puderam imergir no mundo invisibilizado da socioeducação, um processo de rupturas com discursos de desinformação apregoados à montante e jusante. O processo foi de entendimento dos problemas sociais e o contexto da luta pelos direitos humanos, com o desenvolvimento dos produtos do trabalho coletivo entre os Bolsistas PIBID, coordenadores do projeto e professores supervisores das unidades, corroboraram para uma rica e poderosa troca de saberes, que germina para além de uma formação sólida de saberes

pedagógicos, na consolidação do papel dos professores em prol de uma educação emancipatória dos indivíduos. O trabalho também ilustra, por fim, a necessidade de produtos didáticos pensados e produzidos para e a partir da socioeducação. A crítica do ensino de geografia quanto ao uso da cartografia como metodologia para uma geografia crítica (Sombra *et al.*, 2021), ou quanto à produção de livros e materiais didáticos e paradidáticos (Sombra *et al.*, 2015) e quanto ao uso de TIC's na educação geográfica (Costa; Soares, 2023), não são suficientes para este contexto. Como fruto da sociedade desigual e das injustiças socioespaciais que grassam na produção do espaço geográfico amazônico, urge pensar na particularidade da socioeducação.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, M. *et al.* **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas.** Brasília: UNESCO/BID, 2002.
- AMBROSETTI, N. B. *et al.* Contribuições do PIBID para a formação inicial de professores. **Educação em Perspectiva**, v. 4, n. 1, 2013.
- BARTOCHAK, Â. V. *et al.* Impactos da política pública do PIBID nas trajetórias formativas de ex-bolsistas: uma revisão de literatura. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 104, p. e5597, 2023.
- BORGES, R. H. M. *et al.* Cartografia das desigualdades socioespaciais de Ananindeua, Região Metropolitana de Belém, no Pará. In: SILVA, C. N. *et al.* (Org.). **Estudos geográficos e cartografias na Amazônia Oriental.** Belém: GAPTA/UFPA, 2022, p. 13-40.
- BRANDÃO, C. R. **Casa de escola: cultura camponesa e educação rural.** Campinas: Papirus, 1984.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- CASTRO, C. J. N. *et al.* Cartografia e ensino de geografia: o uso de mapas temáticos e o processo de ensino-aprendizagem na educação básica. **Boletim Amazônico de Geografia**, v. 2, n. 3, p. 41-57, 2015.
- CONCEIÇÃO, W. L. *et al.* Socioeducação: Desafios e brechas à justiça social. **Olhares**, v. 8, p. 102-121, 2020.
- COSTA, A. C. G. **Pedagogia da Presença: da solidão ao encontro.** Belo Horizonte: Modus Faciendi, 2001.

COSTA, T.; SOARES, D. S. O ensino de geografia e o ciberespaço: o uso das TIC na rede escolar de Altamira – Pará. **Estrabão**, v. 4, p. 407-418, 2023.

DEIMLING, N. N. M; REALI, A. M. M. R. PIBID: considerações sobre o papel dos professores da educação básica no processo de iniciação à docência. **Educação em Revista**, v. 36, n. 1, 2020.

GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

GUSMÃO, L. H. A.; SOARES, D. A. S. Produção desigual do espaço: o processo de verticalização em Belém (PA). **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, v. 11, n. 1, p. 1-17, 2018.

HAESBAERT, R. Território. **GEOgraphia**, v. 25, n. 55, 2023.

MOREIRA, R. A geografia serve para desvendar máscaras sociais. In: MOREIRA, R. (Org.). **Geografia, teoria e crítica: o saber posto em questão**. Petrópolis: Vozes, 1982

PRADO, T. P. *et al.* Juventude, criminalidade e território: uma revisão de literatura. **Revista Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v.29, n. 3, p. 451-464, 2019.

QUINELATTO, R. F. *et al.* Educação para a justiça social: os desafios da socioeducação. **Cenas Educacionais**, Caetitê - Bahia - Brasil, v.7, n.e17114, p.1-25, 2024.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática. 1993.

ROSA, P. O. **Pedagogia punitiva: dos discursos pedagógicos às práticas punitivas das medidas sócio-educativas privativas de liberdade**. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política), Universidade Federal Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

SANTOS, L. P. *et al.* Formação – (auto)formação – deformação – (re)formação: necessidades de um professor. **Revista da ANPEGE**, v. 17, n. 33, p. 24-37, 2020.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. In: SANTOS, M. *et al.* (Org.), **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina. 2011, p. 13-21.

SHIROMA, E. O. *et al.* Os arautos da reforma e a consolidação do consenso: anos 1990. In: SHIROMA, E. O. *et al.* (Org.). **Polícia educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SILVA, P. S. *et al.* A socioeducação no brasil: conquistas e desafios atuais. In: **Anais do II Seminário Internacional: diferentes olhares do trabalho socioeducativo**. Franca (SP) Universidade de Franca (UNIFRAN), 2023.

SOARES, D. A. Diversidade na unidade: uma proposta de interpretação das Amazônias – Resenha de Gonçalves, 2001. **GEOgrafia**, v. 17 n. 34, p. 279-283, 2015.

SOMBRA, D. Resenha: Os arautos da reforma e a consolidação do consenso anos 1990. **Tempos e espaços em educação**, v. 8, n. 15, p. 319-324, 2015.

SOMBRA, D. *et al.* Concepções de geografia no livro didático: estudo de caso da Coleção Perspectiva (6º-9º anos). **Okara**, v. 9, n. 1, p. 144-168, 2015.

SOMBRA, D. *et al.* Cartografia temática e cartografia participativa: contribuições para uma abordagem materialista do tripé ensino-pesquisa-extensão. In: LEMOS, F. C. S. *et al.* (Org.). **Formação em psicologia social e sociologias insurgentes: tramas históricas em educação libertária**. Curitiba: CRV, 2021, p. 289-315.

SOMBRA, D. *et al.* A cartografia participativa como diálogo entre saberes: ontologia, epistemologia, metodologia e aplicações na construção social do conhecimento. **Ensaio de Geografia**, v. 8, n. 16, p. 45-74, 2022.